

Diário Notícias

12-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 1583

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

# Subvenções de políticos podem acabar ou ser só para quem necessitar

**Proposta.** Três hipóteses: corte substantivo, prova de necessidade ou o fim da subvenção

No Conselho de Ministros extraordinário de amanhã estão três hipóteses sobre a mesa relativas às subvenções vitalícias: a sua revogação, um corte substancial ou a "condição de recursos", ou seja, os

**10,6 milhões.** É o custo anual para o Estado das cerca de 400 pensões vitalícias dos políticos

beneficiários serão obrigados a fazer prova da sua necessidade. Embora várias vozes na maioria tenham defendido a revogação das cerca de 400 subvenções, as duas últimas hipóteses são as

**Divergência.** Ângelo Correia defende corte de 15%. Constitucionalistas sugerem revogação

mais prováveis a inscrever no Orçamento do Estado para 2014. Fonte da maioria disse ao DN que se "criou um caldo" para que o corte previsto de 15% seja "muito superior". **ATUAL** PÁGS. 4 E 5

# Subvenções podem acabar ou ter de se provar necessidade

**Decisão.** Nos partidos do Governo, na oposição e entre alguns constitucionalistas crescem as vozes dos que defendem a revogação das cerca de 400 reformas vitalícias de ex-titulares de cargos políticos. O assunto é analisado amanhã, no Conselho de Ministros que vai preparar o Orçamento do Estado para 2014

PAULA SÁ e FRANCISCO MANGAS

No Conselho de Ministros extraordinário de domingo estarão três hipóteses sobre a mesa relativas às subvenções vitalícias dos políticos: a sua revogação, um corte substancial ou submetê-las à condição de recursos, ou seja, os beneficiários fazerem prova da sua necessidade.

Embora várias vozes na maioria tenham defendido nas últimas horas a revogação das cerca de quatrocentas subvenções, as duas últimas hipóteses são as mais prováveis de ir para a frente no Orçamento do Estado para 2014.

Fonte da maioria admitiu ao DN que se "criou um caldo" para que os 15% previstos de cortes nestas subvenções a que os políticos no ativo até 2005 (*ver P&R*) para o Orçamento do próximo ano seja "muito superior". No Conselho de Ministros de quinta-feira, de discussão do Orçamento – que será encerrada no domingo para que o documento seja entregue no Parlamento até terça-feira, dia 15 –, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, terá defendido a revogação total das subvenções em nome da justiça social.

Segundo fontes governamentais, também terá sido ela a colocar sobre a mesa a hipótese de exigir que sejam sujeitas à condição de recurso, ou

seja, só se aplicaria a políticos que não tivessem outra fonte de rendimento por terem exercido a política a tempo inteiro. Ou ainda sofrerem um corte na ordem dos setenta por cento. Estas duas últimas hipóteses foram do agrado de outros ministros.

Fora do Conselho de Ministros, duas vezes da maioria verbalizaram a defesa da revogação das subvenções. A de João Almeida, porta-voz do CDS, e a de Teresa Leal Coelho, vice-presidente da bancada do PSD. Ambos garantiram falar em nome individual... Mas outras figuras do universo social-democrata e centristas replicaram esta ideia.

As pensões vitalícias dos políticos custam à Caixa Geral de Aposentações 10,6 milhões de euros anuais. Só em 2012, altura em que a maioria introduziu uma alteração na lei, as subvenções deixaram de poder ser acumuladas com rendimentos do sector privado, tal como já acontecia com os rendimentos do sector público. No caso de serem requeridas nestas circunstâncias ficam suspensas. Já a sua acumulação com outras pensões é permitida pela lei.

O DN tentou ouvir alguns antigos políticos abrangidos pela subvenção, mas poucos quiseram

comentar a medida do Governo. Jorge Coelho, antigo deputado e ministro socialista, foi dos poucos que falou ao DN, sem no entanto comentar a medida. Jorge Coelho lembrou que renunciou à pensão vitalícia há dois anos: "Já emiti a minha opinião sobre essa matéria, e não digo mais nada."

O antigo ministro Ângelo Correia também recebeu a pensão até 2011, altura em que, conta (*ver entrevista ao lado*), foi suspensa por estar a receber salário pelos serviços prestados em empresas. O social-democrata concorda com o corte de 15 por cento, mas opõe-se à revogação da subvenção.

Às vezes que no PSD e CDS pedem a revogação junta-se também o Bloco de Esquerda. Ontem desafiou os restantes partidos para uma "tomada de posição conjunta" no Parlamento de modo a propor a "eliminação total do pagamento das subvenções vitalícias" no Orçamento do Estado (OE) para 2014.

A posição bloquista foi comunicada pelo líder parlamentar do Bloco, Pedro Filipe Soares, que enviou uma missiva sobre a matéria aos restantes líderes parlamentares. "Pedimos aos grupos parlamentares que se juntem a nós", disse o deputado.

**BE desafia partidos a tomar posição conjunta sobre revogação**



Maria de Belém: 3295 euros e Correira de Jesus: 2842 euros

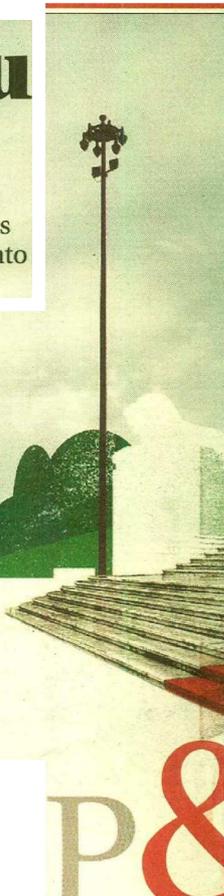
## Nove políticos requereram a pensão vitalícia após a 'troika'

**PEDIDOS** Já depois de assinado o programa de resgate português e de o País ter entrado num regime forçado de austeridade, nove políticos requereram a subvenção vitalícia, sendo que os que ainda ocupam o cargo de deputados na Assembleia da República têm a pensão suspensa.

Foram eles José Magalhães, antigo deputado do PCP e do PS e ex-secretário de Estado do Governo de José Sócrates; Maria José Gamboa Campos e Jorge Strecht Ribeiro, ambos ex-deputados socialistas, e Vera Jardim, também ex-deputado do PS e antigo ministro da Justiça de António Guterres.

Da lista fazem ainda parte alguns dos atuais deputados das bancadas do PS e do PSD. Alberto Costa, ex-ministro da Administração Interna e da Justiça; José Junqueiro, deputado do PS e ex-secretário de Estado; Maria de Belém, deputada socialista e antiga ministra da Saúde e da igualdade. Do grupo parlamentar social-democrata requereram a subvenção Correia de Jesus, antigo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, e Hugo Velosa, ambos deputados eleitos pela Madeira.

Todos requereram a pensão vitalícia ao abrigo da lei anterior a 2005, a qual determinou o fim das subvenções. **RS./J.PH.**



# Constitucionalistas defendem revogação de pensão vitalícia

**PRINCÍPIOS** Jorge Miranda diz que a subvenção dos políticos viola a ética republicana e devia ser, "pura e simplesmente, revogada"

As subvenções vitalícias dos políticos são contrárias à ética republicana. "É preciso saber se é admissível os políticos criarem um regime de pensão excepcional, diferente dos outros", diz o jurista Paulo Otero, que considera estas "reforma de luxo" um "atentado ao princípio da igualdade".

A medida de o Governo avançar com cortes nas pensões dos políticos é, segundo constitucionalistas ouvidos pelo DN, um gesto muito suave. Ou, nas palavras de Pedro

Bacelar Vasconcelos, "timorato e tardio". Na opinião deste constitucionalista, nos "sacrifícios pedidos aos portugueses", os políticos deviam ser os primeiros a dar o exemplo "para que o processo tivesse um desenvolvimento menos penoso para todos os cidadãos".

Jorge Miranda também vê brandura no corte de 15 por cento nas pensões vitalícias dos políticos. A existência da subvenção, sublinha, "é inconstitucional", porque viola princípios republicanos: a política deve ser entendida num "espírito de serviço" e não um exercício para se tirar proveito.

"Não é admissível numa república", refere Paulo Otero, os políticos "criarem regras excecionais de privilégio". O princípio republicano,

afirma o catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, indica que "devem ser eles os primeiros a aceitar as regras aplicadas a todos".

Antigo deputado na Constituição, Jorge Miranda, catedrático de Direito Constitucional, defende que, mais do que o simples corte de uma parte, a subvenção vitalícia de ex-titulares de cargos políticos "devia ser revogada pura e simplesmente". Ou, pelo menos, "ser suspensa essa subvenção" durante o tempo em que o País estiver mergulhado na crise.

Além das pensões, os cortes também podiam passar pela redução de deputados no Parlamento. Ter 230 deputados em vez de 180, o mínimo exigido pela Constituição, "é tão crucial à democracia?", questiona Bacelar Vasconcelos. **EM.**

## Uma subvenção vitalícia é uma pensão de reforma?

Embora na prática tenha esse efeito – porque é vitalícia –, na verdade formal trata-se de algo mais parecido com um subsídio. Pretendia-se oferecer aos deputados um benefício para que não se eternizassem na função.

## Um gestor privado ex-deputado pode acumular o seu salário com a subvenção vitalícia?

Não. Essa foi uma alteração introduzida por ocasião da discussão do OE-2012. A acumulação foi proibida. "Atingiu" ex-políticos que transitaram para a gestão privada, como Jorge Coelho, Dias Loureiro, Armando Vara ou Ângelo Correia.

## Pode acumular-se um salário do Estado com a subvenção vitalícia?

Também não. No Estado os agentes têm

